

## Ensino remoto durante a pandemia da covid-19 – o vírus como pedagogo

### Remote teaching during the covid-19 pandemic - the virus as a pedagogue

DOI:10.34117/bjdv7n5-549

Recebimento dos originais: 25/04/2021

Aceitação para publicação: 25/05/2021

#### **Karla Aparecida Zucoloto**

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas-Campus  
Poços de Caldas

Avenida Dirce Pereira Rosa, nº 300, Bairro Jardim Esperança - Poços de Caldas, Minas  
Gerais, Brasil

E-mail: karla.zucoloto@ifsuldeminas.edu.br

#### **RESUMO**

Com a pandemia instaurada em todos os países o distanciamento social foi a alternativa encontrada para reduzir as contaminações; para tentar suprir a aula presencial foi implantado o Ensino Remoto. O objetivo deste estudo foi refletir sobre aprendizagem e desenvolvimento no contexto do ensino remoto, com ênfase nos alunos em meio ao distanciamento social. Tais pressupostos serviram de base para discutir como questões estruturais da política determinam, ou não, a relação do ensino remoto com a aprendizagem e o desenvolvimento dos atores diretamente envolvidos nessa circunstância. Trazemos os conceitos de aprendizagem, desenvolvimento e ensino remoto/híbrido à discussão visando levantar respostas às perguntas que elencamos e contribuir com a reflexão do cenário educacional pós pandemia. Concluímos que é importante destacar que aprender não é um ato solitário e que não é possível aprender sem se desenvolver. Com o distanciamento houve prejuízo no desenvolvimento devido à falta de interações e é importante buscar meios para manter o vínculo do estudante com a escola bem como ampliar a qualidade de propostas mais significativas e pontuais.

**Palavras-chave:** Distanciamento Social, Educação, Barbárie

#### **ABSTRACT**

With the pandemic in all countries, social distance was the alternative found to reduce contamination; to try to supply the classroom, Remote Learning was implemented. The objective of this study was to reflect on learning and development in the context of remote teaching, with emphasis on students in the midst of social distance. These assumptions served as a basis for discussing how structural policy issues determine, or not, the relationship of remote teaching with the learning and development of the actors directly involved in this circumstance. We bring the concepts of learning, development, and remote/hybrid teaching to the discussion in order to raise answers to the questions we have listed and to contribute to the reflection of the post-pandemic educational scenario. We conclude that it is important to emphasize that learning is not a solitary act and that it is not possible to learn without developing. With the distance, there was a loss in development due to the lack of interactions, and it is important to look for ways to maintain the bond between the student and the school, as well as to increase the quality of more significant and punctual proposals.

**Keywords:** Social Distancing, Education, Barbarism

## 1 INTRODUÇÃO

Em meados do mês de março de 2020, as aulas foram suspensas em todo país e os serviços de atendimento ao público fechados, com o intuito de desacelerar a pandemia da COVID-19. Desde então, estados e municípios vêm estudando e executando ações que possam reduzir o número de casos de pessoas contaminadas e, paralelamente, minimizar os prejuízos causados pela pandemia. É notória a oferta limitada de vacinas em todo território nacional e ainda não se tem perspectivas claras de um prazo para se ter a imunização dos necessários setenta por cento da população.

Com o distanciamento social, a alternativa encontrada para tentar suprir a aula presencial foi a implantação do Ensino Remoto. A educação foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia da COVID-19 e continua sem previsão de retorno presencial na maior parte do país. Alguns estados e municípios retomam as aulas presenciais com rodízio de estudantes, mas com uma fraca adesão da população que entende estes espaços como locais de aglomeração e fácil disseminação do vírus, e que segue com medo face à segunda onda que atingiu implacavelmente o país.

Com este cenário temos um sério comprometimento da qualidade da educação que abrange desde a limitação de acesso às atividades/aulas remotas até quadros sistemáticos de depressão e ansiedade entre estudantes e familiares, comprometendo o ensino, o desenvolvimento e a aprendizagem efetiva destes estudantes e docentes.

Para os autores da atualidade (CONSENZA, 2012, GAUTHIER, 2014, LEGENDRE, 2014, TARDIF E GAUTHIER, 2014), a aprendizagem e desenvolvimento são processos complementares, mas com diferenças significativas. De acordo com Palangana et. al, (2002) a aprendizagem se constitui no processo de apropriação e transformação do saber socialmente elaborado pela sociedade e sua internalização é um processo social que ocorre no âmbito relacional. Ou seja, há uma relação íntima e complexa entre desenvolvimento e ensino. Esta correlação entre os três fatores citados é que desencadeia a aprendizagem.

Para Vygotsky (Legendre, 2014), a aprendizagem e desenvolvimento têm uma relação complexa, na qual a aprendizagem é que irá prover o desenvolvimento. O desenvolvimento é percebido de forma conjunta às práticas culturais e educativas, incluindo, portanto, o processo de aprendizagem. Só isolamos um conceito a título de estudo e aprofundamento. Assim, a educação tem o papel de estruturar o desenvolvimento da pessoa e ampliar seu conhecimento e suas capacidades favorecendo uma relação intrínseca entre aprendizagem e desenvolvimento, ensino e habilidades.

Dessa forma, por estarmos há mais de um ano em casa realizando distanciamento social, a configuração do ensino mudou e, conseqüentemente a aprendizagem e o desenvolvimento que necessitam de interação social, cultural e ambiental. A falta dessa relação vem sendo observada em todos os atores envolvidos na área da educação e tem desencadeado alguns problemas emocionais, psíquicos, físicos e comportamentais.

Quando vivemos sob pressão, como na atualidade, as relações interpessoais se tornam ainda mais necessárias. Para Vygotsky (Legendre, 2014), somos sujeitos ativos que agem sobre meio, no qual nosso cerne é social e depois se individualiza a partir de seus anseios e desejos. Somos pessoas que dependem dos processos de socialização para aprender e nos desenvolver. Visto a necessidade da continuidade do ensino, várias formas diferentes para ensinar foram instauradas e, com isso, houve o aparecimento de algumas dificuldades das pessoas envolvidas na área da educação.

Em seu *Blog Educação Transformadora*, José Morán afirma que fomos empurrados para o ensino remoto sem o devido tempo para amadurecer esta proposta e superar as inúmeras, e diversificadas, limitações de um sistema educativo tão desigual quanto o de nossa sociedade. De acordo com o autor (Morán, 2021<sup>1</sup>), *constatamos que muitas das atividades que imaginávamos que fossem viáveis só no presencial (como a aprendizagem por projetos, em times, maker) puderam ser realizadas com bastante qualidade, nos ambientes digitais síncronos e assíncronos, embora não por todos.*

Em seu livro *O futuro começa agora – da pandemia à utopia*, Boaventura de Sousa Santos (2021) nos afirma que o vírus da COVID-19 pode ser um inimigo a se combater, um mensageiro ou um pedagogo. Como inimigo, desajustou o tempo e produziu severas crises sociais em todo mundo retratado no medo imediato de que a morte não reconhece fronteiras. Como mensageiro, descortinou nossa desigualdade e uma sociedade marcada por segregações, discriminações e injustiças cruéis. Como pedagogo, o vírus nos ensina sobre o medo e a esperança, sobre ausências e que é preciso organizar respostas sociais para, no futuro, diminuir a possibilidade de vivenciarmos eventos semelhantes.

Se o vírus é um pedagogo, nos resta *pensar a quantas anda a educação no ensino remoto?* Em um país que defende o *homeschooling*, valoriza pouco seus docentes e que defende o *EaD* (Ensino à Distância) construímos propostas de ensinar e de aprender híbridas, flexíveis, personalizadas e participativas, de acordo com a situação, necessidades e possibilidades individualizadas? E para além do ensino remoto, como lidar com as defasagens

---

<sup>1</sup> <https://moran10.blogspot.com/> Acesso em 27/04/2021.

de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, como entender as desigualdades e o fracasso escolar neste período?

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre aprendizagem e desenvolvimento no contexto do ensino remoto em meio ao distanciamento social. Também nos interessa dar especial atenção à discussão de como questões estruturais da política determinam, ou não, a relação do ensino remoto emergencial com a aprendizagem, o desenvolvimento e as políticas públicas estruturais da educação. Trazemos esses conceitos assim como do ensino remoto/híbrido à discussão visando levantar respostas às perguntas já elencadas e contribuir com a reflexão do cenário educacional pós pandemia através de uma análise crítica dos fatores que permeiam o problema.

É importante destacar que aprender não é um ato solitário e que não é possível aprender sem se desenvolver. Com o distanciamento houve prejuízo no desenvolvimento devido à falta de interações e é importante buscar meios para manter o vínculo do estudante com a escola e buscar ampliar a qualidade de propostas mais significativas e pontuais. Mas, como é possível desenvolver um ensino de qualidade com uma infraestrutura precária e sem formação prévia para o exercício da docência à distância, com docentes pouco valorizados que trabalham em duas ou três escolas, em um modelo de ensino conteudista que reproduz o ensino presencial e com discentes, e seus familiares, reivindicando o ensino convencional centrado no professor?

Este é o dilema que o sistema educacional brasileiro tem enfrentado cotidianamente desde o dia 17 de março de 2020. Muitos estudantes não têm acesso à internet, não possuem computadores e, se possuem, precisam dividir o equipamento com todos na família. Faltam políticas públicas que atendam à diversidade e que traduzam a realidade concreta e o compromisso com o ensino sistematizado, acessível, abrangente e concebido como uma etapa que favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem especialmente para segmentos desfavorecidos. De acordo com Morán<sup>2</sup>:

Os modelos ativos híbridos fazem mais sentido quando são organizados com políticas públicas sólidas, coerentes e com visão de longo prazo, (o que não vemos atualmente). Eles fazem mais sentido quando estão planejados institucionalmente e de forma sistêmica, como componentes importantes de reorganização do currículo por competências e projetos, de forma flexível, com diversas combinações de acordo com as necessidades do estudante (personalização), intenso trabalho ativo em equipes, tutoria/mentoria (projeto de vida) com suporte de multiplataformas digitais integradas. Apesar dos avanços, são muitos os desafios a enfrentar para termos uma educação híbrida de qualidade para todos.

---

<sup>2</sup> <https://moran10.blogspot.com/> Acesso em 27/04/2021.

Faltou, e falta, planejamento, compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, sem exceção; não há uma intencionalidade claramente declarada nem um trabalho integrado e formativo de todos. Para isso precisamos superar a falta de formação do profissional para atender às novas demandas, precisamos nos valer de um conteúdo mais humanizado e promover relações para provocar reflexões. Assim, torna-se possível incentivar novas aprendizagens e ajudar as pessoas a vencerem o desinteresse e a falta de motivação.

Ainda de acordo com Morán (idem):

No Brasil, o híbrido começou nos anos 90 como semipresencial. No Ensino Superior os cursos presenciais podiam incluir até vinte por cento de atividades a distância. Em países de língua inglesa predominou o termo *b-learning* ou *blended learning*, (aprendizagem bimodal ou misturada). No Brasil esse termo foi traduzido nos últimos anos como Ensino Híbrido, dando ênfase ao papel do docente no desenho de percursos personalizados com apoio das plataformas e aplicativos digitais. Legalmente não existe no Brasil a modalidade híbrida, porque o MEC só reconhece, até o momento, o ensino presencial e a educação a distância. O Ensino Híbrido se expande, na prática, no Ensino Superior, a partir da permissão de 40% de atividades a distância em cursos presenciais e de 20%, na Educação Básica.

Para o autor o ensino híbrido precisaria combinar e integrar atividades didáticas em sala de aula com atividades em espaços virtuais visando oferecer as melhores experiências de aprendizagem a cada estudante. Mas como integrar espaços, tempos, metodologias para oferecer as melhores experiências de aprendizagem individuais valorizando habilidades e competências e mantendo o foco na ação docente via formação, planejamento e avaliação processual talvez seja o maior desafio em um retorno às aulas em breve, assim espera-se.

E quais são os desafios que se constituem neste retorno? Manter plataformas, aplicativos e atividades digitais em uma proposta de aprendizagem ativa em ambientes presenciais valorizando propostas de metodologia ativa de aprendizagem, formação de professores para dirimir as defasagens. É preciso considerar desenvolvimento de metodologias como a aula invertida, rotação por estações, trabalhos em grupos como uma forma de viabilizar a retomada da convivência social tão necessária e bem como os conteúdos que foram trabalhados visando superar as lacunas no desenvolvimento. As práticas pedagógicas precisarão ser mais flexíveis, abertas, híbridas, personalizadas, ativas e colaborativas, com diferentes combinações, arranjos, adaptações num país com realidades muito desiguais.

Hoje, precisamos considerar que nem todos contam com pais alfabetizados ou educados a ponto de conseguir auxiliar a aprendizagem de seus filhos. Também não é viável contar com uma escola conectada, com computadores para todos, com o domínio das competências digitais por professores, gestores e alunos e tudo isso está longe de ser plausível para a maioria, no curto prazo.

A intensidade da convivência familiar precisa ser considerada, precisamos saber nos colocar empaticamente para conseguir estabelecer vínculos pela compreensão de que a qualidade das relações importa. Neste sentido, precisamos considerar a saúde do professor e dos estudantes pela cooperação, desenvolvimento da autonomia, e pela relação social que está atrelada ao sistema cognitivo. Após o rompimento de todas as atividades presenciais e diante de tantos relatos de consequências negativas desta pandemia, é necessário que se pense em ambas as partes (alunos/professores) como partes essenciais para que o ensino e a aprendizagem aconteçam.

Sobre o Ensino Remoto a maioria absoluta dos professores acha que tal ação é a única maneira possível no momento, porém a mesma apresenta alguns entraves como a não acessibilidade e sua eficácia, mas há consenso que face ao recrudescimento da pandemia só será possível retornar com os profissionais vacinados. Todos os níveis de ensino adotaram o ensino remoto, mas nem todos tiveram assistência por parte das suas devidas instituições de ensino.

Muitos profissionais acreditam que existam pressões para produção e rendimento nesse período de isolamento social, assim como o aumento da carga horária de trabalho efetivo; os professores passaram a trabalhar de forma ininterrupta. Os profissionais notaram um alto índice de defasagem escolar e baixa compreensão dos conteúdos, como o distanciamento na relação ao professor e seu aluno.

O uso de tecnologia pode se traduzir em um fator estressante tanto para professores como para alunos assim como o excesso de informação. Estudantes e docentes se queixaram estar, angustiados, cansados, tensos, sobrecarregados, ansiosos e nervosos com o distanciamento social e emocional.

Ao considerarmos a relação entre sentimentos e aprendizagem significativa acreditamos que a maioria possui um acúmulo de sentimentos e frustrações que atrapalha o cotidiano de atividades. Eles sentem desânimo, ansiedade, sofrem por incertezas, desesperança, desmotivação e estresse. Mas como aprender nesse contexto?

São muitos e múltiplos os desafios enfrentados pela educação no cenário atual, do revisionismo ao desmonte da educação pública, passando por esforços de desvalorização do saber científico. Seja nos posicionamentos e rumos adotados pelo Estado, seja nos discursos propagados por parcelas da sociedade, há uma evidente mudança na percepção do conceito da educação como um instrumento libertador. Além de explorar como é possível pensar a correlação entre educação e liberdade, o debate aborda maneiras de superação do discurso

pautado apenas por indicadores, rankings e eficiência na construção de uma educação efetivamente democrática.

A partir do estudo da realidade do sistema educacional brasileiro precisamos abrir espaços de discussão e formação para a criação de metodologias de ensino capazes de atender um grupo majoritário de estudantes da Educação Básica. Para tal precisamos defender uma didática emancipatória no ensino que torne possível o desenvolvimento da autonomia dos estudantes para duvidar e levantar questionamentos sobre os conteúdos e sobre como buscar respostas mais abrangentes e complexas para tais questões. Paulo Freire (1996) nos lembra que é preciso ensinar a ler o mundo, construir autonomia e empoderamento. Tais pressupostos nunca foram tão necessários como agora.

Silvio Gallo (2012) afirma que aprender é um processo criativo com possibilidades diferentes que se referem à individualidade das pessoas. É comum escutar relatos a respeito de estudantes que deixaram a escola sem saber utilizar o básico do aprendizado construído, devido principalmente, a métodos extremamente focados na conceituação técnica. Não acreditamos que este fato se deva ao acaso.

As estruturas dominantes de poder, historicamente comandam e têm como ferramenta de manutenção a manipulação das massas e divisão social para fins lucrativos. A educação, na escola, é imprescindível para alcançar tais objetivos, uma vez que é o instrumento ideal para introdução dos indivíduos no mundo do trabalho. Ao educar para o trabalho, a escola e seus conteúdos deixam de lado os aspectos críticos e sociais causados por esse sistema na sociedade e focam apenas em estudos meramente técnicos.

Uma educação voltada para a dominação de classe e formação da força de trabalho e das subjetividades adequadas ao padrão de dominação não é uma educação emancipatória, mas funcional na reprodução das relações de produção e de poder. No regimento democrático burguês a educação precisa educar para a cidadania e para desenvolver valores democráticos e humanistas que se encontram sob ataque por esta fase de acumulação capitalista (CARA, 2019).

É crucial, para entender o que está em jogo no Brasil, a discussão sobre o *Ensina Brasil*<sup>3</sup>, o furo do teto de gastos e ampliação do auxílio emergencial da pandemia, o debate sobre *pobretologia* e a falsificação da ira popular na atualidade. No vídeo *Pobretologia e*

---

<sup>3</sup> O *Ensina Brasil* busca jovens talentos que possam se tornar agentes de transformação. Essa estratégia está alinhada com nossa visão de que a educação é responsabilidade de todos. Podemos atingir um resultado muito melhor se trabalharmos em conjunto e em diferentes frentes da nossa sociedade.

*falsificação da ira popular*, Virginia Fontes<sup>4</sup> descreve cuidadosamente a genealogia da estratégia de *assalto à pobreza*, desenvolvida por Robert McNamara e pelo Banco Mundial na década de 1960. Situando-a em uma etapa geopolítica do desenvolvimento do capital, a professora discute a entrada da *questão social* como fator de urgência gestacional política em território brasileiro, do governo Fernando Henrique Cardoso ao governo Bolsonaro, passando pelos governos do PT.

Mas, o que é pobretologia? Na concepção da pensadora é o assalto à pobreza decorrente da política do Banco Mundial (Robert McNamara) que se traduz em um estímulo à permanência da Guerra Fria que visava reafirmar a segurança e o desenvolvimento do capital, uma vez que a pobreza ameaça à segurança do Capitalismo por sua abertura a revoltas, neutralizando as lutas e reivindicações populares pelo endividamento de populações pobres e dos Estados.

Estes pressupostos estariam ligados à Revolução Verde, que se vale de transgênicos e agrotóxicos, ou ao liberalismo econômico como a ideia de que o protecionismo e direitos que dificultam a oferta de empregos? Seria a burocracia estatal que instaurou o Banco Mundial, como formulador das políticas de assistência social atuando em saneamento, educação, transportes, que minimiza as razões da desigualdade e culpa a pobreza por suas condições precárias? Desta forma, deslocamos a organização das políticas sociais para as emergências e não pensamos a origem das desigualdades e dos problemas.

No Brasil, com o advento da Constituinte, os empresários brasileiros comandam as experiências da *pobretologia* sob comando do Banco Mundial via *Aparelhos Privados de Hegemonia* (APH) e financiados por empresários para tutelar as lutas populares e bloquear as conquistas constitucionais via Filantropia Empresarial e depois Investimento Social Privado que fazem a gestão pública desconsiderando os critérios públicos implementados na Constituição de 1988, precarizando as relações de trabalho e reduzindo os recursos públicos para as políticas sociais.

Qual seria o objetivo? Rebaixar as conquistas constitucionais sociais e institucionais à condição de políticas pobres para os pobres, colocando à disposição do mercado serviços privados para uma política focada no capital passando pela redução da autonomia das classes trabalhadoras por meio do desenvolvimento de atitudes subservientes desta classe trabalhadora.

---

<sup>4</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=rRswefXBYj8&t=467s> acesso em 25/04/2021.

E a falsificação da ira popular? Se refere a *Programas como Comunidade Solidária* (PSDB), *Bolsa Família* (PT) e *Renda Brasil* (Bolsonaro) que retiram as condições de luta popular por direito e subordinam boa parte da população geridos por APHs como o *Todos por Educação*. Atualmente estamos presenciando o aumento brutal da precarização das relações do trabalho e do desemprego pela proteção dos grandes empresários e do capital estrangeiro, pela *doação* do patrimônio público e pela retirada de recursos dos setores médios e dos trabalhadores para transferir para estes programas de *pobretologia* – programas de transferência de renda tem a ver com o domínio das elites sobre as classes populares para garantir a manutenção do capital.

A participação do povo sempre foi muito reprimida em um país patriarcal, desigual e produtor primário. O acesso à educação fica dificultado pela elite branca, conservadora, ainda assentada em um pensamento pautado pela exploração de recursos naturais e humanos e que mantém as mulheres à margem da sociedade até os dias atuais. Em 1827 tem-se a primeira grande lei educacional que previa currículos distintos para meninos e meninas e desde então a educação caminha em direção à barbárie.

E o que é barbárie? A barbárie se traduz em uma sociedade autoritária e violenta, que sofreu inúmeras insurgências e que tem em seus programas como o FUNDEB<sup>5</sup> e as Fundações (Leman, Todos pela Educação) como resistência ao ultraconservadorismo e ultraliberalismo, vertentes que perderam o comedimento e atacam as minorias e os direitos sociais. O capitalismo no Brasil é comandado pelo mercado financeiro que comanda o Congresso Nacional que promove a desconstrução dos direitos sociais.

E o que é necessário para uma educação pública e de qualidade? Privatizar a educação? Valorizar os professores? Ampliar a qualidade da escola? Tornar a educação prioritária? Como entender a quebra do pacto da Nova República e seus impactos na sociedade? Compreendemos a reprodução das relações econômicas e o lugar em que o conflito deve ser contido e colocado a serviço produção material (capitalismo). Esse sofre transformação pela sociedade organizada a partir da troca mercantil, do trabalho assalariado e pela condensação material de uma relação social de força como proposto por Weber. Segundo Malanchen et al (2020):

O fato é que o Estado na sociedade capitalista materializa interesses contraditórios. E nessa correlação de forças é convocado a garantir a hegemonia ideológica sobre as massas, e à política pública – em geral – é atribuída a função de dar continuidade ao processo de reprodução material da força de trabalho, condição essencial para o desenvolvimento capitalista (p.1).

---

<sup>5</sup> Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica

Assim, o acirramento dessa relação desigual seria a base real da desigualdade social amparada pelo processo educacional. O Estado precisaria impedir que as pessoas destruam o poder reprodutivo, os mecanismos estabilizadores e a normatização da sociedade mercantil que confere estabilidade como internalização das múltiplas contradições que são normalizadas pelas ideologias. A identidade historicamente constituída pela apropriação de símbolos de unidade, Estado *versus* Identidade, garante a compreensão de pertencimento e unidade.

A classe dominante impõe seus valores, forma e interesses ao conjunto da sociedade a ponto de transformar seus adversários em defensores dos seus interesses. Qual é o lugar do Brasil no mundo hoje? A resistência do Brasil de políticas progressistas seria a estratégia de reorganização social e política no Brasil que têm nas forças produtivas o elemento fundamental do processo revolucionário (Lukács apud Rezende, 2018). A dependência econômica e a relação centro *versus* periferia são produtos da cultura autoritária no Brasil, sintoma da dependência econômica que resulta da desigualdade e do racismo estrutural no Brasil, e todos os seus preconceitos:

Ao não dar conta de garantir condições mínimas dos trabalhadores, por impor o sucateamento e o desmonte das instituições e dos serviços públicos pelo crescimento desmesurado dos aparatos repressivos, pela destruição dos direitos conquistados com muitas lutas, abre-se uma contradição, e a esperança está na luta da classe trabalhadora. [...] como consequência e como necessidade, presenciamos os maiores ataques contra a educação e a escola pública, seja ela básica ou superior (Malanchen et. al., 2020, p. 2).

O neoliberalismo ataca a educação pública, laica, gratuita e de qualidade há muito tempo. Desta forma, podemos entender a ausência de orientações e diretrizes do Ministério da Educação no tocante à organização das aulas remotas na pandemia bem como o veto do presidente de *internet* para as escolas. Mas há orientações a serem seguidas; e de forma velada *ficam vetadas* as discussões sobre desigualdades sociais, destruição ambiental, crises econômicas, exploração do trabalho e muitas formas de preconceito.

Se entendemos o trabalho educativo como mecanismo de emancipação social compreendemos o ataque à educação e à escola pública porque o racismo legitima o autoritarismo e dependência econômica que é ampliada pelo racismo estrutural, e a escola pública atende, em sua maioria, este segmento da população. Como as pessoas leem e interferem nesta situação? Com racionalidade e impessoalidade?

A modernização que caracteriza a mudança na organização das relações sociais e de propriedade se traduz como *contra a barbárie o direito à educação* (Daniel Cara, 2019) e *educação e empreendedorismo na barbárie* (Carolina Catini, 2019) e tem como produto a

cidadania, controle da violência social e a resistência ao racismo. Assim torna-se possível potencializar os processos de subjetividade brasileira e movimentos de resistência na produção de identidades múltiplas e na consolidação de uma cultural social democrática.

Segundo Newton Duarte (2020), sintonizar ideias pedagógicas, economia e ideologia capitalista faz parte do ataque à escola pública através de uma política neotecnicista que subordina o trabalho docente à lógica produtivista e a feições reacionárias obscurantistas como o movimento *Escola sem Partido* ou os ataques ao currículo (BNCC). Deste modo, *qualquer tentativa de desenvolvimento de algum pensamento crítico sobre problemas sociais é acusada de “esquerdismo”* (p. 32). O objetivo claro aqui é *impedir que o sistema escolar público avance em direção à democratização do acesso à cultura científica, artística e filosófica, ou seja, trata-se de se impedir a escola de realizar a “socialização do saber sistematizado”* (Saviani, 2011, p.14). Eles estão conseguindo... até agora.

## REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Contra a barbárie, o direito à educação**. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1ª Edição, Editora Boitempo, São Paulo – SP, 2019.

CATINI, CAROLINA. **Educação e empreendedorismo da barbárie**. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1ª Edição, Editora Boitempo, São Paulo – SP, 2019.

DUARTE, Newton. **“Um montão de amontoado de muita coisa escrita”**. Sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. In: MALANCHEN, Júlia; MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José (Orgs.). **A Pedagogia Histórico-crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Editora Autores Associados, Campinas – SP, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª Edição, Editora Paz e Terra, São Paulo – SP, 1996.

GALLO, Sílvio. **As múltiplas dimensões do aprender**. In Anais Congresso de Educação Básica: aprendizagem e currículo. Florianópolis. 2012.

GAUTHIER, Clermont. **Alexander S. Neill e a pedagogia libertária**. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A pedagogia: teorias, práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 3ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2014.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A pedagogia: teorias, práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 3ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2014.

LEGENDRE, Marie-Françoise. **Lev Vygotsky e o socioconstrutivismo na educação**. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A pedagogia: teorias, práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 3ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2014.

MALANCHEN, Júlia; MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José (Orgs.). **A Pedagogia Histórico-crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Editora Autores Associados, Campinas – SP, 2020.

PALANGANA, I. C; GALUCH, M. T. B & SFORNI, M. S de F. **Acerca da relação entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento**. CIEd - Revista Portuguesa de Educação- Universidade do Minho, v. 15(1), pp. 111-128- 2002.

REZENDE, Claudinei de Cássio. **György Lukács e os limites da democratização do socialismo soviético**. Cadernos GPOSSHE On-line, v. 1, n.1, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. Edita Boitempo, São Paulo – SP, 2021.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª Edição, Editora Autores Associados, Campinas -SP, 2011.